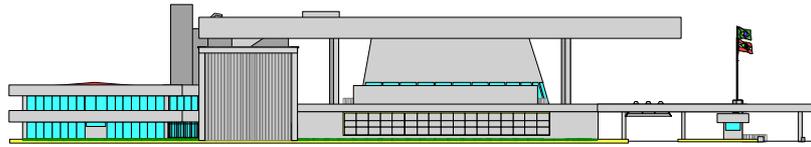


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 09 DE MARÇO DE 2001

NÚMERO 4.827

14^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa

MESA

GILMAR KNAESEL
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Paulinho Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

BRASILEIRO

Líder: Milton Sander

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Ronaldo Benedet

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Júlio Garcia

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ideli Salvatti

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Sandro Tarzan

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Jaime Duarte

Partido Liberal

Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E DE MÉRITO

**COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA**

Onofre Santo Agostini - Presidente

Afrânio Boppré - Vice Presidente

Jaime Duarte

Nilson Gonçalves

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Ronaldo Benedet

Ivan Ranzolin

Reno Caramori

Reuniões Ordinárias:

Terças-feiras, às 8:00 horas

**COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

João Rosa - Presidente

Rogério Mendonça - Vice Presidente

Valmir Comin

Francisco de Assis

Júlio Garcia

Paulo Bornhausen

Reno Caramori

Nelson Goetten

Gelson Sorgato

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 8:00 horas

**COMISSÃO DE MÉRITO DE AGRICULTURA,
COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA**

Moacir Sopelsa - Presidente

Sandro Tarzan - Vice Presidente

Gelson Sorgato

Milton Sander

Júlio Garcia

José Paulo Serafim

Nelson Goetten de Lima

Reuniões Ordinárias

Quintas-feiras, às 9:30 horas

**COMISSÃO DE MÉRITO DE DIREITOS
HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR**

Jaime Duarte - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Francisco de Assis

Herneus de Nadal

Narcizo Parisotto

Lício Silveira

Nilson Gonçalves

Reuniões Ordinárias

Quintas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE MÉRITO DE TURISMO E
ECONOMIA**

Francisco de Assis - Presidente

Cesar Souza - Vice Presidente

Jorginho Mello

Milton Sander

Ivan Ranzolin

Ivo Konell

Ronaldo Benedet

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE MÉRITO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Júlio Garcia - Presidente

Manoel Mota - Vice Presidente

Olices Santini

Valmir Comin

Volnei Morastoni

João Rosa

Romildo Titon

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE MÉRITO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Joares Ponticelli - Presidente

Ideli Salvatti - Vice Presidente

Paulo Bornhausen

Olices Santini

Sandro Tarzan

Rogério Mendonça

Narcizo Parisotto

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 9:30 horas

**COMISSÃO DE MÉRITO DE SAÚDE E MEIO
AMBIENTE**

Nelson Goetten - Presidente

Clésio Salvaro

Volnei Morastoni

Olices Santini

Jorginho Mello

Ivon Konell

Manoel Mota

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 9:30 horas

**COMISSÃO DE MÉRITO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO**

Ideli Salvatti - Presidente

Reno Caramori - Vice-Presidente

João Henrique Blasi

Jaime Mantelli

Onofre Agostini

Afonso Spaniol

Herneus de Nadal

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO,
CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E
REDAÇÃO DE LEIS**

Jaime Mantelli - Presidente

Valmir Comin - Vice Presidente

Clésio Salvaro

João Henrique Blasi

Ideli Salvatti

Odete de Jesus

Moacir Sopelsa

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras após Plenário

COMISSÃO ESPECIAL DO MERCOSUL

Milton Sander - Presidente

Gelson Sorgato - Vice Presidente

<p>DEPARTAMENTO PARLAMENTAR</p> <p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Éder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA</p> <p>EXPEDIENTE</p>  <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO IX - NÚMERO 1221 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 005ª Sessão Ordinária realizada em 01/03/20012 Ata da 006ª Sessão Ordinária realizada em 06/03/20014</p> <p>Atos da Mesa Resolução DP6 Resoluções Administrativas6</p> <p>Publicações Diversas Extrato8 Portarias8</p>
---	--	---

PLENÁRIO

ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 01 DE MARÇO DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Nelson Goetten - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Ronaldo Benedet - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Onofre Santo Agostini, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Onofre Santo Agostini, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Onofre Santo Agostini) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: Mensagem do Sr. Governador do Estado nº 957, encaminhando projeto de lei que "dispõe sobre o Conselho Estadual das Populações Afro-Descendentes em Santa Catarina - CEPA - e estabelece outras providências".

Projeto de Lei de autoria do Sr.

Deputado Heitor Sché, que "declara de utilidade pública a Escola Sociedade do Corpo de Bombeiros Voluntários de Seara, no Município de Seara/SC".

Indicação de autoria da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência e Tecnologia, solicitando adoção de medidas no sentido de viabilizar o recebimento da produção e a garantia de preços para o milho.

Ofícios de nºs:

015/01 - do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, enviando cópia de requerimento, solicitando que esta Casa interceda junto aos órgãos competentes, no sentido de que seja reavaliado o EIA/Rima, apresentado do dia 15/02/2001;

1455/01 - da Sra. Prefeita Municipal de Florianópolis, encaminhando o relatório resumido da Execução Orçamentária referente ao período janeiro/dezembro/2000;

041/01 - do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, respondendo à Indicação nº 217/2000, de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça;

386/01 - do Sr. Secretário de Estado da Educação e do Desporto, referente à Indicação nº 269/2000, de autoria do Sr. Deputado Sandro Tarzan;

410/01 - do Sr. Secretário de Estado da Educação e do Desporto, relativo ao Ofício DP/1150/2000, que trata da não concessão

do acesso vertical aos professores da rede estadual de ensino.

Era o que constava do expediente.
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita em primeiro lugar a Deputada Odete de Jesus, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, ocupo esta Tribuna, após toda esta agitação, este tumulto, esta coisa desagradável, pela primeira vez, para demonstrar a minha tristeza e a minha indignação, porque nós, Parlamentares, estamos aí... Nós não! Eu estou aqui no meu cantinho. Há bala para tudo que é lado. É um conflito sem parar!

Sr. Presidente, fico no meu cantinho a observar, mas há um momento, dentro do nosso coração, que não aceitamos pedradas para um lado, pedradas para outro. Isto não está correto.

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. reunisse os Líderes, sei que irá acatar a idéia desta Deputada, para chegar a um consenso porque assim não dá mais!

Eu quero poder olhar nos olhos de cada um dos Parlamentares, dos meus Colegas! Aqui é uma Casa e dentro de uma casa nós temos uma família.

Então, Sr. Presidente, pessoas sendo atingidas, tem pessoas que de repente não quer nem falar tal coisa, mas a tensão é tanta que às vezes ela se pronuncia, Deputada Onofre Santo Agostini, a pessoa se pronuncia mesmo sem querer. Sai a palavra que ela não queria falar.

Então, eu estou muito triste mesmo com o que está ocorrendo aqui na nossa Assembleia Legislativa, que não deixa de ser uma torre de vigia. E o que é uma torre de vigia? É algo que está no alto e todos os catarinenses estão olhando. Os nossos eleitores estão observando todas as nossas atitudes.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. acatasse o meu pedido. Nós temos Parlamentares aqui de alta competência que não olha mais nos olhos do outro.

Então eu gostaria que V.Exa. atendesse o meu pedido para que venhamos... Eu quero participar dessa nossa audiência, eu gostaria que V.Exa. convocasse imediatamente os Parlamentares. Se estão viajando devem retornar. Eu os respeito, mas se eu estivesse no exterior em viagem eu voltaria! Muitas vezes eu estava em viagem. Estive na Argentina com o Governador e o nosso Líder do Governo, Deputado Paulinho Bornhausen, nos convocou, dizendo: Deputada temos que voltar, temos alguma coisa importante. Imediatamente voltamos.

Então eu gostaria que V.Exa., por favor, pedisse o retorno dos Deputados que estão em viagem, porque isso aqui também é muito importante. Nós também estamos decidindo aqui a vida do trabalhador lá fora, da trabalhadora! Nós estamos decidindo uma coisa muito séria!

Sr. Presidente, aqui fica o meu descontentamento! Eu gostaria que nós, todos os Líderes, nos reuníssemos. Deixo aqui registrado e agradeço a oportunidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Apenas informando, e a Deputada Odete de Jesus também no dia de ontem já fez esse apelo pessoalmente à Presidência para que houvesse a marcação urgente da reunião de Líderes, que está marcada para hoje, às 11h. Apenas comunico mais uma vez ao Plenário e aos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, eu corri ao microfone de aparte para apartear à ilustre Deputada que, mais uma vez, demonstra a sensibilidade de cativar a simpatia e acima de tudo a orientação. Por isso, embora a Deputada já tenha saído da tribuna, quero dizer que, mais uma vez, passo a admirar cada vez mais essa grande Parlamentar não só por ser uma pessoa religiosa, por ser uma excelente professora, mas de modo especial, pelos seus ensinamentos, onde dá uma grande demonstração de entendimento entre os homens.

Por isso, Deputada, pode ter certeza que as suas palavras foram de muita importância para este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - O próximo orador inscrito é o Deputado Nelson Goetten, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, Companheiros e Companheira Deputada, ocupo a tribuna, nesta quinta-feira, pela manhã, com o objetivo de fazer um pronunciamento também de apelo para a busca

da solução para o impasse que aqui vivemos, mas depois do depoimento da Deputada Odete de Jesus penso que posso me permitir a nada colocar em relação a este assunto, porque ela colocou muito bem e penso que o que ela colocou serve exatamente para os 40 Parlamentares e, acima de tudo, serve de lição para todos aqueles que têm a oportunidade de estar nos escutando neste momento.

E todos nós somos inteligentes o suficiente para saber que a Deputada está correta naquilo que colocou e para saber que este é o sentimento que envolve todos nós, mas que por falta de vontade de alguém e de alguns cederem, nos encontramos neste impasse.

Mas, eu vou aproveitar, então, para falar um pouco sobre a situação política que vive neste momento os nossos Prefeitos eleitos, e que assumiram, tomaram posse no dia primeiro de fevereiro. Prefeitos esses que assumiram num momento extremamente crítico, porque é um momento diferente da administração pública, um momento em que a administração pública foi levada a bancarrota, um momento em que se vive a falência declarada e visualizada da administração pública, principalmente nos pequenos Municípios. E um momento, então, que os nossos administradores também tem que viver, adaptar-se, e se acostumar a conviver com a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, que por certo vai ter muitas consequências, não só para o administrador, mas para a sociedade que já vinha penalizada.

Quando dizíamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos nossos discursos desta tribuna, ia acabar penalizando a sociedade, é verdadeiro!

Não que a lei não tenha cunho moralizador! Não que a lei não tenha no seu bojo ações que eram indispensáveis para o administrador público e penalidades indispensáveis.

Mas, tínhamos que olhar de um outro lado, pois vínhamos vendo a sociedade sendo penalizada pela falta de parceria, pela falta de condições de investimento do Poder Público, principalmente da municipalidade, para resolver os seus básicos problemas.

E assume, agora, a safra de novos Prefeitos. Uma situação calamitosa na administração! Um endividamento que está aí. Basta fazermos um breve levantamento que vamos saber que o endividamento das pequenas Prefeituras é irreversível. E, além do endividamento, o sucateamento dos equipamentos é assustador!

Bom, se eles têm que se adaptar à nova Lei de Responsabilidade, mais uma vez, quem vai pagar esta conta? Não é o Prefeito do Município e, sim, a sociedade que vive neste Município, que é a geradora de riqueza, para manter e sustentar os pilares desta Nação brasileira. E, mais uma vez, a sociedade paga a conta, porque neste País que emperra os desmandos, neste País que emperra a corrupção, tem que buscar nas penalidades das Leis e, assim, penalizando o cidadão com mecanismos para burlar, para evitar de que se burle a lei.

Agora, se avaliarmos um pouquinho mais, com um pouco mais de profundidade, vamos ver que os Prefeitos que se elegeram recorrem novamente à mesmice. Vamos ver que o discurso da maioria dos Prefeitos que se elegeram são os discursos de que o Município está endividado, são os discursos, e verdade é que gastam mais de 50% do que arrecadam com despesa e folha, e é verdade, também, o discurso de que os equipamentos estão todos sucateados e que não tem sequer, e a maioria dos Municípios não conseguiram nem comprar o período de aula ainda - não conseguiram

começar! -, estrada, não tem equipamento para recuperar estradas e nem recursos para recuperar os ônibus que era o lixo do Brasil que veio parar nas Prefeituras!

Mas, não é raro você olhar, e ele está fazendo esse discurso já rodeado por pelo menos uma dúzia de Secretários.

Não tem um equipamento para rodar, mas tem já um Secretário de Obras. Não tem um trator na Prefeitura mas já tem um Secretário da Agricultura. Não tem estrutura financeira nenhuma, mas tem meia dúzia de Secretários, desde o Secretário de Esporte ao Secretário da Saúde, da Educação e assim por diante. Mais uma vez está mostrando que a lei não resolve o problema. É uma questão de educação e de consciência. Nossos Prefeitos repetem a mesmice. Ainda não estamos preparados para o que é básico na administração pública, que é fazer economia.

É muito difícil a situação do cidadão que depende do homem público, que depende do administrador público e que depende do seu município. E para piorar a situação, e fui um dos primeiros parlamentares que levantou nesta tribuna e levou ao Governo do Estado de Santa Catarina o depoimento de que era impossível manter esta nucleação no sistema escolar, educacional. Tinha que ser avaliado caso a caso.

Porque a nucleação está levando as pequenas prefeituras a bancarrota. Está inviabilizando as pequenas prefeituras. Porque foi num processo de nucleação que acabamos com as nossas comunidades, porque uma comunidade só existe quando tem uma escola ou quando tem uma igreja. Além de outros graves problemas como colocar alunos a serem transportados do interior para a periferia urbana. Quero dizer, colocando vocação urbana na maioria dos alunos que tinham que ter vocação para continuar na agricultura, descaracterizando aquilo que era princípio básico e fundamental para o desenvolvimento, principalmente do setor agrícola de Santa Catarina.

A nucleação fez pior. Nucleamos sem saber quantos quilômetros de estrada o Município tinha, sem saber se o Município tinha equipamentos para a recuperar bem a estrada, sem saber se tínhamos dinheiro para comprar ônibus, e mercantilizamos então os alunos, porque valia R\$ 500,00 cada um. Esvaziamos as escolas estaduais, trouxemos esses alunos para as escolas municipais e o que fizemos? Sem recursos para comprar ônibus, fomos buscar o lixo que tinha no Brasil até internacionalmente.

Tudo que era ônibus velho que existia neste País, as Prefeituras compraram e estão pagando praticamente preço de ônibus novos. E hoje estão com essas porcarias desses ônibus, transportando as nossas crianças. Só num País como este. Só aonde não há lei, só aonde não há responsabilidade é que pode se admitir uma barbaridade desta.

Ônibus velhos caindo aos pedaços, com mais de cem alunos dentro e ninguém consegue fazer nada, ninguém enxerga isso e não tem responsabilidade nem dos Secretários da Educação e muito menos dos Prefeitos que ajudaram a patrocinar uma barbaridade desta. Porque cada aluno que eles colocam dentro desta porcaria deste ônibus velho, vale R\$ 500,00.

Então, desestruturaram todo o sistema educacional de Santa Catarina, para quê? Para trazer isso para dentro de um grande salão, porque o Município também não estava preparado com escolas suficientes para poder receber esse grande fluxo de alunos, e assim fizeram com que a escola do interior ficasse fechada. Trouxeram todos esses alunos para

um grande salão, porque cada um deles valia R\$500,00, sem nenhuma condição, sem nenhuma estrutura.

Hoje estamos patrocinando esta vergonha em Santa Catarina e ainda pior, fizemos com que cada pequeno Município deste tivesse, pelo menos, uma dúzia de ônibus velhos. Ora, pergunto: como é que um pequeno Município vai ter renda para fazer a manutenção de uma dezena de ônibus velhos? Como é que vai um Município deste ter recursos no futuro ou ter recursos hoje para comprar uma caçamba para puxar o calcário para arrumar as estradas?

Como é que um pequeno Município desses vai ter uma caçamba para ajudar a transportar o calcário para o nosso agricultor? Como é que um Município desses um dia vai ter recursos para comprar um equipamento, seja uma patrula ou qualquer outro equipamento, para poder prestar um serviço...

O SR. PRESIDENTE (deputado Gilmar Knaesel) - V.Exa. tem mais dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Então, essa é a situação que preocupa. Esta é a situação em que vivemos e a realidade que estamos enfrentando. Alguém precisa fazer alguma coisa e que cabe a esta Casa Legislativa

começar a analisar essas questões. Porque há casos e casos. Há regiões em que é possível manter a nucleação. Mas há Municípios que não têm nenhuma possibilidade de manter a nucleação, porque tem mais de 1.000km de estradas totalmente depreciadas. Estradas que não tem o mínimo recurso para manter ou recuperar.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Não há mais oradores inscritos em Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Na ausência do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Na ausência do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PT.

Na ausência do PT, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Consulto a Liderança do PFL...

(Pausa)

Deputado Júlio Garcia...

(O Sr. Deputado Júlio Garcia acena que o Partido não fará uso do horário dos Partidos Políticos.)

Com a desistência do PFL, os próximos minutos são destinados ao PPB, por até 18 minutos.

Consulto o Vice-Líder da Bancada, Deputado Nelson Goetten.

(Pausa)

(O Sr. Deputado Nelson Goetten acena que o Partido não fará uso do horário dos Partidos Políticos.)

Com a desistência do PPB, fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Não há matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Antes, porém, comunico a todos os Srs. Deputados e Líderes da reunião que vai ocorrer na Presidência, às 11h.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 06 DE MARÇO DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Afrânio Boppré - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - José Paulo Serafim - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

Mensagem do Sr. Governador do Estado de nº 958, encaminhando projeto de lei que "autoriza a aquisição por compra de acervo garibaldino".

Projetos de Lei:

- de autoria do Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira, que "altera o art. 3º da Lei nº 11.692, de 08 de janeiro de 2001, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar a Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPF - e adota outras providências";

- de autoria do Sr. Deputado Romildo Titon, que "altera o art. 3º da Lei nº 10.169, de 12 de julho de 1996, com a nova redação outorgada pelo art. 1º da Lei nº 11.692, de 08

de janeiro de 2001, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar a Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPF e adota outras providências";

- de autoria do Sr. Deputado Valmir Comin, que "declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Monte Carlo, de Cocal do Sul";

- de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori, que "dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 10.169, de 12 de julho de 1996, alterada pela Lei nº 11.692, de 08 de janeiro de 2001, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar a Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPF - e adota outras providências";

- de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que "declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Rio Bonitinho, do Município de Santa Cecília";

- de autoria do Sr. Deputado Paulo Bornhausen, que "dispõe sobre a nomeação de parentes dos agentes políticos para cargos em comissão, no âmbito da administração pública estadual e municipal";

- de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, que "altera o art. 3º da Lei nº 10.169, de 12 de julho de 1996, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar a Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPF - e adota outras providências".

Indicações:

- de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, solicitando o pagamento dos créditos da Sociedade Beneficente Hospital São Lucas, do Município de Guaraciaba, junto à Secretaria de Estado da Saúde;

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, solicitando o reexame do valor de 4,3 milhões, destinados ao "Roteiro Caminhos do Oeste";

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, solicitando especial atenção ao transporte escolar.

Ofícios nºs:

182 e 185/01 - do Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, encaminhando cópia dos Ofícios/GAB/SARC/MA/nºs 1639 e 1580 /2000, respectivamente;

002/01 - do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, encaminhando cópia da Moção nº 005/2001;

127, 137, 150, 165, 181 e 183/01 - do Sr. Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de parcelas referentes aos Recursos do Orçamento Geral da União;

040/01 - do Sr. Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, encaminhando convênios;

12/01, do Sr. Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/SC;

14/01, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Urubici, encaminhando cópia da Moção nº 001/01, aprovada naquela Casa Legislativa;

127/01, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se ao Ofício nº 1143/00 que encaminhou cópia do Requerimento nº 272/00.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Antes de V.Exa. conceder a palavra

ao primeiro orador inscrito, permita-me fazer três registros: primeiro do aniversário, hoje, do nosso ilustre Deputado Herneus de Nadal, que contempla esta Casa não só com a sua presença, mas com mais um ano de sua vida. E torcemos, Deputado, que continue sendo a pessoa simples que é. Podemos estar em campos opostos, mas, acima de tudo, V.Exa. é nosso amigo e desejamos muito sucesso.

Segundo, queremos registrar também o aniversário da ilustre Deputada Odete de Jesus, a nossa orientadora, no dia 02. Infelizmente, naquela data, não pudemos fazer o registro, mas o fazemos hoje.

Terceiro, na próxima quinta-feira, dia 08, consagrado o Dia Nacional da Mulher, aniversaria o nosso prezado amigo, Deputado Heitor Sché.

Então, aproveito este momento, haja vista, Deputado Presidente, que o mês de março é o mês com maior número de Deputados aniversariantes. São dez, dos quarenta que fazem aniversário neste mês.

Mas faço este registro com muita alegria, ainda mais que o Deputado Herneus de Nadal está muito contente, muito feliz, porque vieram lá da sua região seus amigos, as pessoas que vêm neste sessão, naturalmente não somente para prestigiar-la, mas também, de modo especial, pelo aniversário do nosso amigo Deputado Herneus de Nadal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - A Mesa parabeniza, também, o Sr. Deputado Herneus de Nadal, a Deputada Odete de Jesus e o Deputado Heitor Sché que fará aniversário nos próximos dias.

Esta Casa sente-se honrada com a visita de todos os amigos e amigas do Deputado Herneus de Nadal.

O SR. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, mesmo não obedecendo o que estabelece o Regimento Interno, V.Exa., nos permite e nos oportuniza a manifestação.

Agradeço a manifestação, a deferência e a bondade pelo registro e pelos votos de aniversário que recebi de meus Colegas, em especial do Deputado Onofre Santo Agostini.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, a presença, que aqui já foi feita, de casais que vieram conhecer a Capital, o litoral, a nossa região, e que visitam o nosso Parlamento, do Município de Palmitos e do Município de Caibi. Meus amigos que prezo muito e que me dão a alegria e a satisfação da presença nesta Casa. Desejo a todos boas vindas e que se sintam plenamente em casa neste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - A Mesa reitera os votos de boas vindas a todos os casais de Caibi e de Palmitos, convidados do Sr. Deputado Herneus de Nadal.

Inscrito para falar por até 10 minutos o Deputado Gelson Sorgato.

Com a palavra o Sr. Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Nós queremos, neste dia e nesta tribuna, registrar o aniversário do Deputado Herneus de Nadal, que já foi comemorado na Bancada com um almoço às 12h. Queremos também parabenizar a Deputada Odete de Jesus e o Deputado Heitor Sché.

Registramos, também, a presença dos visitantes do Município de Palmitos e Caibi, desejando-lhes que se sintam bem nesta Casa Legislativa.

Queremos registrar também a presença do Vereador Valentin Tonini, do Município de Coronel Freitas, juntamente com o grupo de mulheres agricultoras que estão aqui na Capital do Estado reivindicando, com os órgãos competentes, tanto da área da Secretaria da Agricultura do Estado, como da Saúde, da Educação e do Meio Ambiente. E através dos órgãos da Fetaesc, Faesc, do sistema cooperativista estão buscando melhores dias para as mulheres trabalhadoras na agricultura familiar e na agricultura catarinense, e por que não dizer, brasileira. Muito obrigado pela presença de vocês, e com certeza estaremos juntos nesta empreitada.

(Passa a ler)

"Nesta oportunidade farei uso da tribuna, Srs. Deputados, para alertar as autoridades competentes, incluindo o Legislativo, com vista a tomada de decisões para não dificultar ainda mais a vida dos agricultores catarinenses, principalmente daqueles que condizem a atividade de modo familiar, cujo contingente alcança em torno de 80% da população rural catarinense.

Considera-se agricultores familiares os que possuem ou trabalham em área de até 50 hectares. Portanto, é a grande maioria dos produtores rurais catarinenses. Aqueles que trabalham de sol a sol, enfrentando as intempéries, e que vivem a incerteza do dia seguinte, pois estão sujeitos aos riscos que nenhum outro trabalhador enfrenta. O agricultor é o único trabalhador que não pode se dar ao luxo de fechar a porteira e ir para a casa dormir tranqüilo. Uma chuva forte, um vendaval ou uma queda de granizo, em poucos minutos, pode reduzir a zero o resultado de meses de trabalho, expondo uma família ao endividamento de um dia para o outro. É por isso que nós batemos nesse tecla todos os dias em defesa de todas as categorias de produtores rurais.

Peço atenção dos Srs. Parlamentares desta Casa. O assunto é muito sério. No final do ano passado - faz alguns meses - voltamos a enfrentar os problemas decorrentes da febre aftosa que explodiu no Rio Grande do Sul. Ainda estamos pagando um alto preço em decorrência daquele episódio. Agora estamos de volta com o mesmo problema na Argentina. As fronteiras estão fechadas e a vigilância sanitária não pode vacilar. Vejam o que está acontecendo na Inglaterra. A aftosa está fazendo um estrago nos rebanhos e no mercado de carnes daquele País. Imaginem os senhores se a febre aftosa voltar ao nosso Estado! O que será de nós? Não temos nem fundo para indenização de animais que por ventura possam ser contaminados ou suspeitos da doença. E não é por falta de aviso.

Aqui mesmo, nessa tribuna e na Comissão de Agricultura, tivemos a oportunidade, por mais de uma vez, de tocar nessa questão. Temos o dever de cobrar do Governo do Estado que apresente uma proposta viável para a implantação desse fundo. Não aquela proposta que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, que taxa tudo e a todos para formar um fundo de reserva para uma empresa do Governo.

Ainda dentro do mesmo raciocínio, temos a obrigação de implantar no Estado um Fundo de Aval que permita aos pequenos produtores tomar crédito sem correr o risco de ficar sem a propriedade no caso de uma safra frustrada.

Mas, o assunto mais emergente, neste momento, cujo problema tem que ser atacado urgentemente, é a questão da safra de grãos que já está sendo colhida.

Houve estímulo por parte do Governo e das agroindústrias para a produção ser aumentada. Falou-se muito na auto-suficiência da

produção de milho. O Estado é deficitário em mais de 1,5 milhão de toneladas e, por isso, tem que produzir mais milho para garantir o abastecimento interno e reduzir os custos com a importação do produto de outros Estados.

Pois bem. O produtor respondeu, investiu em tecnologias e insumos modernos e aumentou o rendimento médio das lavouras. Agora, a safra está aí. Como consequência, o produtor que atendeu aos apelos do programa para a auto-suficiência de milho está sendo penalizado. Os preços de mercado correspondem à metade dos preços pagos na safra passada. Imaginem os senhores o que vai acontecer na próxima safra se esses agricultores não obtiverem uma compensação? Isso é somente uma parte do problema.

A safra recorde esperada está estimada em torno de 5,5 milhões de toneladas de grãos, mas a capacidade estática dos armazéns continua a mesma. A capacidade de recebimento e de beneficiamento da produção continua a mesma. A CONAB em seu último levantamento dimensionou a capacidade estática dos armazéns, incluindo todos os tipos, em 2,9 milhões de toneladas.

Ora, é fácil prever-se o que vai acontecer no pico da safra. Vão ocorrer perdas nas lavouras, nos armazéns improvisados, nas propriedades sem infra-estrutura e o efeito mais imediato já está acontecendo: a queda dos preços para aqueles produtores menos favorecidos que pagam todas as despesas, desde o transporte e o beneficiamento, e tem que vender o produto de imediato. É uma questão de mercado: oferta e demanda. Mais produtos ofertados, menores serão os preços. Vai-se o lucro e ficam as contas para pagar. Daí, não há programa que estimule o produtor. Com certeza, quem foi desestimulado não vai continuar naquela atividade.

Diante dessa situação, nos restam as ações de propor linhas específicas de crédito de investimento para implantação de pequenos armazéns nas propriedades e ou comunitários com juros compatíveis e prazos que facilitem ao tomador o pagamento das parcelas pelo sistema de equivalência em produto.

Isso não é novidade, o que falta é vontade política e visão de futuro. Há disponibilidade orçamentária na União e no Estado. Temos que fazer. Essa é, na minha modesta opinião, a grande saída, sem necessidade de reinventar a roda."

Srs. Deputados Moacir Sopelsa, Nelson Goetten, Rogério Mendonça, Romildo Titon, Lício Silveira e João Henrique Blasí, a preocupação da discussão dos assuntos nesta Casa, da nova Mesa Diretora, é importante. E temos que sair desse impasse. Cada um tem que demonstrar, cada Partido - Situação ou Oposição - vontade para que haja um consenso ou se vai para o voto.

Mas a população, tanto do interior como da cidade, aguarda dessa Casa e de seus Parlamentares ações efetivas para que os Governantes ajam em favor do agricultor, do trabalhador rural, do trabalhador urbano e das mulheres, pois no dia 8 se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Precisamos muito dizer que na "Veja" a Capital de Santa Catarina é uma das melhores do Brasil. Se a cidade de Joinville está com cinco páginas na "Veja" divulgando o seu potencial, temos que dizer que as outras 291 cidades do Estado de Santa Catarina precisam da atenção deste Parlamento e do Governo do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra o Sr. Deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados. No início do atual Governo, o Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina e o próprio Governador, divulgaram com grande estardalhaço a dívida herdada do Governo passado. De início, o Governo informou a população catarinense que herdara um montante de dívidas a curto prazo que alcançavam a cifra de um bilhão e cinco milhões.

Passados alguns meses, remeteu um caderno de informações para a Assembléia Legislativa e distribuiu para a população catarinense a informação de que a dívida era da cifra de 1,3 bilhões de reais. Agora, no mês de fevereiro, o Governo do Estado de Santa Catarina, informava que o valor da dívida do Governo passado, a curto prazo, era de 1,6 bilhões de reais. E dizia mais, Deputado Lício Silveira, que restavam ainda a pagar daquele montante de dívida, quinhentos milhões de reais.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, partindo do princípio que ainda restam quinhentos milhões de reais, e esta informação é dada pelo próprio Secretário da Fazenda, se entende que foram pagos 1,1 bilhão de reais de dívidas pelo atual Governo do Estado de Santa Catarina. Mas aí é que vem a grande interrogação dos Srs. Deputados, deste Deputado e da sociedade catarinense. É que no próprio balancete extra contábil que traz inscrito como compromisso a transparência, este balancete de compromisso com a transparência que é publicado mensalmente pelo Governo do Estado, mostra que só foram pagos duzentos e oitenta milhões de reais.

Dei entrada hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em um pedido de informações. Gostaria que o Governo do Estado de Santa Catarina esclarecesse à Assembléia Legislativa e à população, quais dos três valores anunciados, se o primeiro, o segundo ou o terceiro, qual deles é o valor verdadeiro, e qual é o valor que de fato o Governo do Estado de Santa Catarina pagou.

Parece-me que o compromisso que está firmado, fixado no balancete, de fato, só é com a transparência, Deputado Lício Silveira.

O Governo do Estado de Santa

Catarina não tem compromisso com a verdade, porque omite informações, porque dá informações distorcidas, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Mas isso não é tudo! Não é só isso! Eu elaborei um pedido de informação solicitando ao Governo do Estado que nos responda quantos processos, através da Procuradoria-Geral do Estado, foram promovidos contra o Governo anterior que, segundo afirmações do atual Governo, se apropriou de fundos de forma indevida. Da mesma forma, estou pedindo quais as providências que o atual Governo adotou com ele próprio por ter também se apropriado dos mesmos fundos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou encerrar o meu pronunciamento, porque o nobre Deputado está no aguardo do tempo que combinamos dividir. Mas quero encerrar dizendo o seguinte: nada melhor que um dia após o outro. Alguém já disse que o tempo é o senhor da razão e nós esperamos as explicações do Governo do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra o Sr. Deputado Moacir Sopelsa, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, quero também cumprimentar o Deputado Herneus de Nadal pelo seu aniversário. Que Deus lhe possa dar muita saúde, muita paz e que possa também alcançar os seus objetivos com a sua família.

Da mesma forma, desejo cumprimentar a Deputada Odete de Jesus, que também está de aniversário, desejando-lhe sucesso na vida, não só como Parlamentar, mas também como família.

Mas, Sr. Presidente, assisti na televisão, com atenção, neste final de semana, a reportagem sobre a febre aftosa na Argentina e na Inglaterra. E assisti, até, com alegria como brasileiro e com tristeza quando conseguimos crescer, às vezes, com a desgraça dos outros.

A Argentina e a Inglaterra estavam livres dessa doença e desse mal por mais de 30 anos. Então, nós vamos fazer de tudo e pedir a Deus para que o Estado de Santa Catarina não tenha a desgraça de ter novamente uma enfermidade dessa.

Há algum tempo estávamos em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, participando, através da Comissão de Agricultura, de um encontro com a Assembléia Legislativa daquele Estado, onde falávamos da febre aftosa no Uruguai. E nos dizia o responsável pela Defesa Sanitária Animal, do Ministério da Agricultura, que estamos por um fio de uma navalha, uma vez que é possível que o Uruguai e a Argentina (este último tem mais de 100 quilômetros de área seca) estejam fazendo contrabando de animais para o nosso País.

Quero dizer, desta tribuna, que apoiamos as ações do atual Secretário da Agricultura, para que, junto com os produtores, possamos dar segurança ao rebanho catarinense, no sentido de ficarmos livres dessa doença.

O meu tempo está-se esgotando, mas sobre este assunto quero dividir o sucesso da suinocultura catarinense não só com os órgãos públicos como também com os nossos produtores.

Haverei de me pronunciar sobre este assunto, porque já disse que a desgraça dos outros países eleva, hoje, a possibilidade de Santa Catarina dobrar a exportação de carne suína aos mesmos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, convocando os Srs. Líderes para comparecerem à sala do Presidente, a fim de discutirmos assuntos de interesse desta Casa.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Srs. Deputados, esta Presidência informa que em função da reunião de Lideranças ainda não ter terminado, encerrará a presente sessão.

Então, encerramos a sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

RESOLUÇÃO DP

RESOLUÇÃO DP Nº 013/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 20, inciso III, do Regimento Interno:

RESOLVE:

ALTERAR a Resolução DP nº 003/2000, que constituiu a Comissão Especial para discutir todas as matérias e questões relacionadas ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, alterada pela Resolução DP Nº 011/2000:

Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Milton Sander
Deputado Valmir Comin
Deputado Heitor Sché
Deputado Júlio Garcia
Deputado Afrânio Bopré
Deputado Sandro Tarzan
Deputado Jorginho Mello
Deputado Jaime Duarte
Deputado Manoel Mota
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Gelson Sorgato

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 09 de março de 2001.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 203/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **MARCOS AURÉLIO DA SILVA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Nilson Gonçalves).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 204/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ADERBAL JOÃO DA ROSA FILHO**, matrícula nº 3581, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Afrânio Boppé).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 205/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **TÂNIA MARIA RAMOS**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Afrânio Boppé).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 206/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **DEBORA KUNZ**, matrícula nº 2679, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Gilmar Knaesel).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 207/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **DÉBORA KUNZ**, matrícula nº 2679, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Gilmar Knaesel).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 208/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LUCIANO BERRI JUNIOR**, matrícula nº 3533, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Gilmar Knaesel).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 209/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **LUCIANO BERRI JUNIOR**, matrícula nº 3533, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Gilmar Knaesel).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 210/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **HENRIQUE DREWS FILHO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Gilmar Knaesel).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 211/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **ANDREIA LILIA BUSATTA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Gelson Sorgato).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 212/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **FREDI RASCH**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Afonso Spaniol).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 213/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **NOEL ANTÔNIO TAVARES DE JESUS**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/2001 (Deputado Romildo Titon).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 214/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CLAUDIA RODRIGUES JARDIM**, matrícula nº 3180, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 07/03/2001 (Deputado João Henrique Blasi).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 215/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR MARIO CESAR DE SOUZA, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 07/03/2001 (Deputado João Henrique Blasi).

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 216/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Revogar o artigo 5.º da Resolução n.º 1344/93, de 21 de outubro de 1993.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1.º/03/2001.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 09/03/2001

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Adelor Vieira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 025/2001

REFERENTE: 1º Termo de Aditamento do Contrato CL nº 013/2000.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: AUTO LOCADORA CANOENSE LTDA

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato CL nº 013/2000, celebrado em 01 de março de 2000, por 06 (seis) meses consecutivos, no período compreendido entre 01 de março e 31 de agosto de 2001.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666

FLORIANÓPOLIS, 01 de março de 2001.

SIGNATÁRIOS:

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente da Alesc

Renato Henrique Backhaus - Sócio Diretor

*** X X X ***

do cargo de Assistente Legislativo, Código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 14/02/2001.

Palácio Barriga Verde, em 09/03/2001

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 112/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ROSANE MARIA KRUGER DORNBUSCH**, matrícula nº 1961, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 15/02/2001.

PORTARIA Nº 113/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ELIANA DE FREITAS RIBEIRO**, matrícula nº 1491, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 15/02/2001.

PORTARIA Nº 114/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SILVIA RIBAS DE MIRANDA RAMOS**, matrícula nº 2213, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-10-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 19/02/2001.

Palácio Barriga Verde, em 09/03/2001

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 115/2001

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA**, matrícula nº 1149, na Divisão de Imprensa, tornando sem efeito a Portaria nº 106/2001, datada de 07/03/2001.

Palácio Barriga Verde, em 09/03/2001

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 116/2001

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SANDRA REGINA O. B. BAZZO**, matrícula nº 0881, na Comissão de Turismo e Economia.

Palácio Barriga Verde, em 09/03/2001

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 117/2001

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **DULCINÉIA GOULART TAVARES**, matrícula nº 1814, na Comissão de Turismo e Economia.

Palácio Barriga Verde, em 09/03/2001

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 107/2001

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARCIA OTILIA SASSO**, matrícula nº 1573, na Divisão de Expediente.

Palácio Barriga Verde, em 09/03/2001

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 108/2001

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM**, matrícula nº 1243, na Diretoria de Transportes.

Palácio Barriga Verde, em 09/03/2001

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 109/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ANTONIO EDUARDO GHIZZO**, matrícula nº 0509, ocupante do cargo de Procurador, Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 01/02/2001.

PORTARIA Nº 110/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARÍLIA MAES SEMPRE BOM**, matrícula nº 1813, ocupante do cargo de Taquígrafo I, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 13/02/2001.

PORTARIA Nº 111/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARILU LIMA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1531, ocupante